

# REFORMA DO ESTADO

## MOÇÃO SETORIAL – CONVENÇÃO DE 1 E 2 DE FEVEREIRO DE 2025

### Introdução

Somos um país com um peso do Estado de cerca de 45% (despesa pública / PIB) bem acima dos países com quem nos devemos comparar (com o mesmo nível de rendimento per capita) e que mais estão a crescer. Somos um partido liberal que defende um Estado que funcione, mas que seja eficiente e que se concentre nas suas principais funções. Defendemos uma menor carga fiscal, só possível com as consequentes reduções na despesa pública, o que por sua vez só é possível com uma reforma do Estado.

### Moção Reforma do Estado aprovada em convenção de 11 e 12 de dezembro de 2021

Na convenção realizada em 11 e 12 de dezembro de 2021 foi apresentada e aprovada uma moção intitulada “Reforma do Estado” (que se anexa) que tinha como objetivos dar relevância ao tema no seio da Iniciativa Liberal e a constituição de um grupo de trabalho para o efeito. A moção foi subscrita por João Graça, Pedro Antunes, Marcos Ramalho, Pedro Albuquerque e Rui Nascimento.

Apesar da sua aceitação geral, que levou à sua aprovação, não se pode dizer que tenha sido substancialmente implementada.

Entretanto é com satisfação que se verifica que o tema foi considerado na MEG da cessante Comissão Executiva, fazendo hoje parte, e cada vez mais, do atual discurso político da Iniciativa Liberal.

### O peso do Estado e o crescimento económico

Está amplamente estudado pela ciência económica que mais despesa pública, acima de determinado nível, compromete o crescimento económico (“Armey Curve”). Assim, nem é preciso ser-se liberal para concluir que temos um Estado excessivo que compromete o crescimento económico. Sendo nós liberais, o tema assume naturalmente uma importância primordial.

Deixamos aqui uma série de documentação sobre o tema:

- *Paper* que referencia que mais 10 pontos percentuais de despesa pública em relação ao PIB compromete o crescimento anual em 1% - António Afonso e João Tovar Jalles [Afonso-Jalles2016 Article EconomicPerformanceGovernmentS.pdf](#)
- Tese de mestrado de João Graça que valida o *paper* acima para uma amostra de países europeus: “Does the size of public expenses influence long term economic growth? The example os European countries” [MFWJGFINALNOV2023.pdf](#)
- O efeito da despesa pública excessiva - Artigo de João Graça e Marcos Ramalho [João Graça e Marcos Ramalho – Observador](#) – Observador e Crónicas da Longa Noite do Costismo
- Artigo João Graça [Porque não crescemos? O efeito da despesa pública excessiva – Observador](#) – Observador e Crónicas da Longa Noite do Costismo

- [A importância da redução de impostos – por que a Iniciativa Liberal tem razão – Observador](#) Artigo João Graça – Observador e Crónicas da Longa Noite do Costismo

### **O Estado eficiente: 35% de despesa pública**

Há vários estudos académicos que apontam que se pode ter um Estado que cumpra na sua plenitude as suas funções, como são entendidas no espaço europeu, com um rácio de 30-35% a 40% (neste último caso introduzindo-se um objetivo de redistribuição).

- [13454-Article Text-30861-1-10-20191028.pdf](#) Antonio Afonso e Ludger Schuknecht

### **Conclusão**

Embora a Iniciativa Liberal, nomeadamente a cessante Comissão Executiva e o atual Grupo Parlamentar, esteja atualmente a dar uma importância acrescida à Reforma do Estado, há muito trabalho ainda a realizar, no partido e, principalmente, no país.

### **Sugestões**

Para além das sugestões incluídas na moção Reforma do Estado aprovada na convenção de 12 de dezembro de 2021, deixamos aqui algumas sugestões adicionais de atuação em áreas que parecem carecer de aprofundamento:

- Quantificação das propostas de redução da receita, apresentando sugestões equivalentes de redução da despesa;
- A realização de um *road map* para se chegar aos 35% (ou outra % que se considere exequível), calendarizado, baseado em benchmarks setoriais e com pressupostos de impacto no crescimento económico;
- Elaboração de *Benchmarks* setoriais: por exemplo, quanto gastamos no ministério da agricultura, quantos funcionários temos, o que faz de acordo com as suas leis orgânicas, que institutos, observatórios, comissões têm, etc.? Como nos comparamos por exemplo com uma Dinamarca? Ou uma Irlanda?
- Apresentação de propostas de alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aproximando-a do Código do Trabalho;
- Mais descentralização, mas sem neutralidade fiscal. O objetivo tem mesmo que ser a redução da despesa. O poder local deve ter mais competências, por exemplo na educação, mas também ser mais eficiente nas competências que já tem. Isto leva a temas como o combate ao despesismo, a revisão da atual Lei das Finanças Locais, a agregação de municípios e a revisão do papel das freguesias (agregação, competências, freguesias urbanas, etc.). E naturalmente à possível existência de entidades supramunicipais com poder efetivo, mas sempre numa lógica de maior eficiência do Estado.

Estas sugestões não pretendem cercear os poderes e competências dos diferentes órgãos do partido, que se encontram estatutariamente definidos.

## Anexo (Moção aprovada na convenção de 12 de dezembro de 2021)

# **Moção: Reforma de Estado**

## Proposta de trabalho

### Sumário executivo

#### *Contexto Político*

- As propostas do IL de redução de impostos têm como pressuposto a redução da despesa pública. Contudo, à exceção de algumas medidas pontuais, não existe sustentação estruturada e quantificada de como nos propomos reduzir o peso do Estado.
- Muitos eleitores não acreditam nas propostas de redução de impostos ou pensam, se as mesmas se concretizarem, que significam cortes inusitados nas funções do Estado.
- Houve, e chegou a estar publicado, um documento que listava e sistematizava todas as entidades estatais e a forma como o IL as iria tratar (fechar, fundir, privatizar ou manter) e o impacto disto na despesa do Estado.
- O IL pode ser o único partido em Portugal a propor de uma forma estruturada uma reforma do Estado, com tudo o que isso significa em termos de diferenciação e afirmação política.

#### *Situação atual*

- Temos Estado a mais (43% PIB em 2019; 47% de média de 2000 a 2019) para o nosso nível de desenvolvimento, que condiciona fortemente o crescimento económico (média 0,6% de 2000 a 2019). Não obstante, o Estado cumpre deficientemente as suas responsabilidades (maus serviços públicos).
- A generalidade dos países que mais crescem na Europa (acima de 3%) têm um peso do Estado muito inferior, sendo de salientar o caso da Irlanda com 24,5% em 2019 e com uma média de 36% para o período de 2000 a 2019.
- O excessivo peso do nosso Estado, medido pelo *ratio* despesas públicas / PIB, é uma das principais causas para o fraco crescimento nos últimos 20 anos.

#### *Hipóteses preliminares de trabalho*

- Tomando como *benchmark* os países que mais cresceram na Europa nos últimos 20 anos,

o objetivo deverá apontar para um peso do Estado próximo de 35%.

- Necessidade de uma reforma profunda do Estado Português para se atingir os 35% mencionados.
- Implementação faseada e por etapas durante quatro anos.
- Esta proposta será desenvolvida utilizando como base as melhores práticas comparáveis para cada área, quer ao nível da despesa, quer ao nível de formas de funcionamento (algumas alterações só podem acontecer com reformas estruturais profundas).

### *Proposta*

- Recomenda-se que a IL apresente na AR uma proposta de Reforma de Estado até final de 2022.
- Recomenda-se a criação de um grupo de trabalho integrado e coordenado pelas estruturas do partido, para a qual os proponentes da moção se voluntariam.
- A proposta final de trabalho explanada no ponto 4. é uma mera sugestão.

Proponentes: João Graça (209); Rui Nascimento (1.253); Pedro Antunes (7); Pedro Albuquerque (1.671); Marcos Ramalho (236)

Caso concorde com a presente moção, indique o nome e número de membro, assim como a respetiva assinatura física ou digital:

---

Nota – Enviar assinatura digital ou fotografia da física para o e-mail [marcos.hmc.ramalho@gmail.com](mailto:marcos.hmc.ramalho@gmail.com)

## Índice

<b>1. Enquadramento</b>	<b>2</b>
<b>2. Revisão do programa de 2019 com listagem de propostas de redução da despesa de estado</b>	<b>3</b>
<b>3. Racional económico</b>	<b>6</b>
<b>4. Proposta final de trabalho</b>	<b>15</b>

# 1. Enquadramento

Das muitas propostas liberais defendidas pelo IL, entendemos que as propostas para a saúde, educação e fiscalidade são preponderantes.

As duas primeiras prendem-se com necessidades da população em geral, nas quais o Estado falha sistematicamente, pelo que bem comunicadas podem contribuir para alargar a nossa base eleitoral:

- As filas de espera para consultas e o caos a que se assiste em muitos hospitais públicos são uma preocupação do cidadão comum;
- A possibilidade de um aluno de uma família com menos recursos, residente num bairro pobre, poder aceder a uma escola de melhor qualidade, também pode ser uma mensagem política forte.

A redução da fiscalidade, particularmente a *flat tax* de 15%, representa uma necessidade menos presente do cidadão comum. Cerca de 40% dos agregados não pagam IRS, e vêem esta proposta como sendo dirigida para “os ricos”; outros, incluindo a comunicação social, não acreditam na exequibilidade das reduções de impostos que apresentamos ou, acreditando que sejam exequíveis, assumem que a redução da fiscalidade preconizada tem como consequência uma redução do Estado ao ponto de pôr em causa as funções a si atribuídas pela sociedade em geral, como a educação, saúde, segurança social e apoio à pobreza.

Acreditamos que pode não ser fácil passar para o cidadão comum as vantagens de um Estado menor e de uma melhor fiscalidade, não obstante se comunicar os inequívocos impactos positivos no crescimento económico e no aumento dos salários. Se a sustentação das nossas propostas for mais estruturada e sistematizada, será mais fácil comunicá-la, até mesmo facilitando o trabalho da Comunicação Social.

Quando se abordam as finanças públicas, existem três componentes:

- Quanto gastamos?
- Em que gastamos?
- Que impostos cobramos para financiar o que se gasta?

O enfoque da IL tem estado no último ponto, na forma de arrecadar a receita.

O IL não tem de forma simples, esquemática e pública, um documento que suporte adequadamente as nossas propostas de redução da despesa. Tal não é fácil, até porque os orçamentos possuem uma opacidade irrazoável. No entanto, acredita-se que algo relevante poderá ser feito.

O crescimento de Portugal é medíocre, sendo que o *benchmark* utilizado neste documento enfatiza ainda mais a discrepância de Portugal em relação aos seus congéneres europeus.

Em suma, esta moção atribui uma importância acrescida à redução da despesa do Estado como forma de sustentar as propostas de redução da fiscalidade.

## 2. Revisão do programa de 2019 com listagem de propostas de redução da despesa de estado

Em linha com o ponto anterior, é evidente que a o IL apresenta várias medidas com influência orçamental, visto que defende uma diminuição progressiva do peso do Estado.

Centrando-nos nas medidas apresentadas no programa de 2019, verifica-se que existe uma grande preocupação na simplificação fiscal e diminuição da carga tributária. No entanto, ficam por mencionar medidas mais concretas de diminuição da despesa. Ademais, temos no programa medidas que levam ao aumento da despesa (por exemplo, a secção dedicada à Defesa implica um aumento significativo de despesa única e continuada, apesar de o programa não a concretizar).

Não obstante, o programa de 2019 também tem medidas que levam a uma diminuição de despesa para o Estado, tal como a aplicação de um teto máximo para pensões públicas (de forma sistemática) ou através da receita obtida com privatizações da RTP e da CGD (e, por isso, pontual).

Contudo, se analisado com cuidado, no último programa do IL verifica-se que este concentra-se mais na diminuição de custos e entraves para os privados, não sendo suficientemente claro (ou mesmo pouco ambicioso) quanto aos meios que tem para diminuição do Estado do ponto de vista orçamental.

Pegando num exemplo mais específico, a *flat tax* leva a uma quebra de receitas de cerca de 2 a 3 mil milhões de euros, no primeiro ano, ignorando o efeito do fim dos benefícios fiscais. É certo que essa diminuição, seguindo a lógica do multiplicador *keynesiano*, tenderá, no curto prazo, a estimular a economia, gerando maiores rendimentos e, consequentemente, afetar positivamente a receita fiscal.

Contudo, pelo menos num primeiro momento, há uma perda significativa de receita que não tem o devido contrapeso no programa quanto à despesa.

Por sua vez, em termos de medidas com efeito na diminuição da despesa, o nosso programa de 2019 inferia mais pontos de diminuição, não sendo muito apto a concretizá-los. A título de exemplo, mencionam que:

- Há cálculos que demonstram que a medida da Reforma Governativa poderia gerar uma diminuição de custos de cerca de 130 milhões de euros anuais;
- A aplicação do Orçamento de Base Zero na Administração Pública potencialmente poderia levar a uma diminuição de custos entre 0,7% a 1,1% do PIB (ou seja, cerca de 1,4 mil milhões de euros a 2,2 mil milhões de euros).

Estas medidas, apesar do seu efeito potencial, são, no entanto, pouco concretizadas, notando-se que além de análises probabilísticas e da utilização de modelos teóricos, há pouca definição de medidas concretas com impacto palpável na diminuição da despesa pública a longo prazo.

Todos concordam que o equilíbrio orçamental é essencial, sendo insuportável os continuados níveis de endividamento que o Estado português tem neste momento, até porque o pagamento de juros leva a um agravamento automático desse passivo. Isto num quadro de juros historicamente baixos e quando estamos no início de uma eventual subida de juros.

Ora, se no nosso programa não há medidas facilmente apreensíveis (e indicativas dos sectores e funções



que privilegiamos no corte de despesa), torna-se fácil, pelos nossos adversários, atacar o mesmo

afirmando que é irresponsável e/ou que não existe uma visão realista da gestão pública, passando apenas por bordões eleitoralistas e inconsequentes.

Assim, a título conclusivo, sublinha-se que o programa de 2019 tem três pontos que deveriam ser melhorados:

- Número escasso de medidas que levem a diminuição da despesa corrente no longo prazo e, portanto, a um equilíbrio orçamental com as medidas que diminuem a receita;
- Falta de quantificação concreta nas medidas que visam cortar a despesa/aumentar a receita;
- Falta de contabilização de novos custos nas medidas com impacto no aumento da despesa/diminuição da receita;
- Falta uma macro simulação do OE e efeitos na dívida ao longo de uma legislatura Liberal.

### 3. Racional económico

Portugal cresceu a uma média de 0,6% nos últimos 20 anos (2000-2019) desprezando o “efeito COVID” (ano 2020). Pior que Portugal só a Grécia e a Itália. Todos os outros países analisados (EU27, Reino Unido, Islândia, Noruega e Suíça) cresceram mais ou muito mais, conforme o gráfico em baixo ilustra bem.

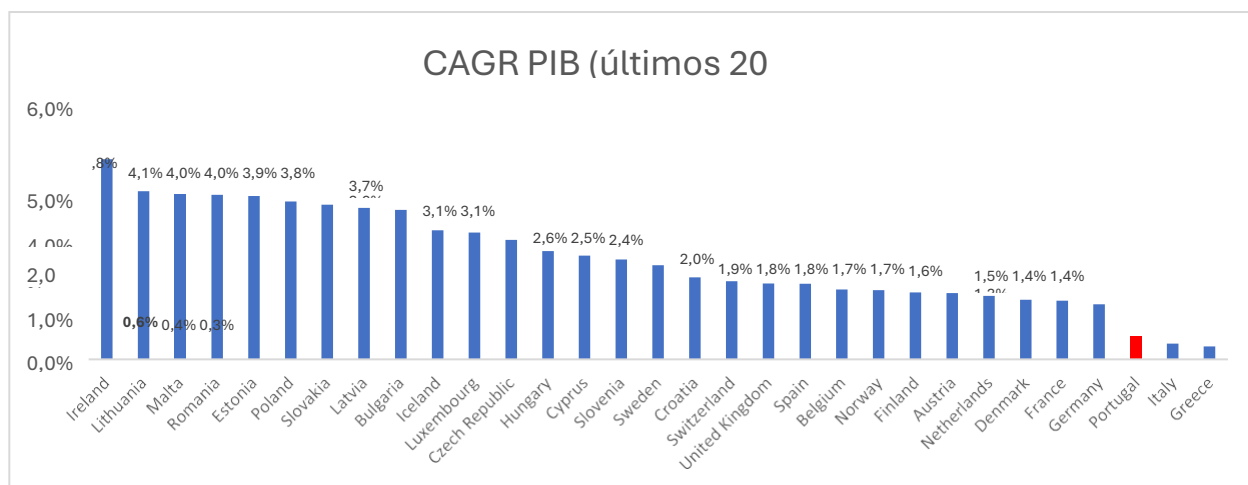


Figura 1 - Compound Annual Growth Rate (CAGR) dos 31 países analisados

A economia moderna atribui como causas do crescimento económico de longo prazo o capital físico, o capital humano, fatores de produtividade (tecnologia, entre outros), assim como as instituições e a liberdade económica. É igualmente referido que países com um nível de desenvolvimento mais baixo tendem a crescer mais do que os de maior desenvolvimento, levando a uma convergência.

De uma forma crescente, surge também o peso do Estado como um dos fatores determinantes para o crescimento de longo prazo.

É razoavelmente aceite que o crescimento do Estado pode estar positivamente correlacionado com o crescimento económico em caso de falta de infraestruturas ou instituições básicas. Está igualmente amplamente estudado que, à medida que os países ficam mais desenvolvidos, existe uma tendência para o Estado ter um peso maior, em consequência da exigência da sua população por mais e melhores serviços públicos (saúde, educação, segurança social, apoio à pobreza, etc.). Este é a denominada Lei de Wagner que advoga que o Estado cresce em consequência do crescimento económico.

Assim, no século XX assistiu-se a um enorme e progressivo acréscimo da importância do Estado na generalidade dos países, tendência que se começou a inverter na transição para o século XXI. Muitos estudos sugerem que o peso excessivo do Estado é uma condicionante negativa do crescimento económico (Armey Curve), o que levou muitos países a inverter ou a sustentar a tendência de crescimento do peso do Estado.

Apresentamos de seguida a evolução do peso do Estado para os 31 países analisados comparando com Portugal, para o período entre 1995 e 2019, não incorporando assim o efeito Covid.

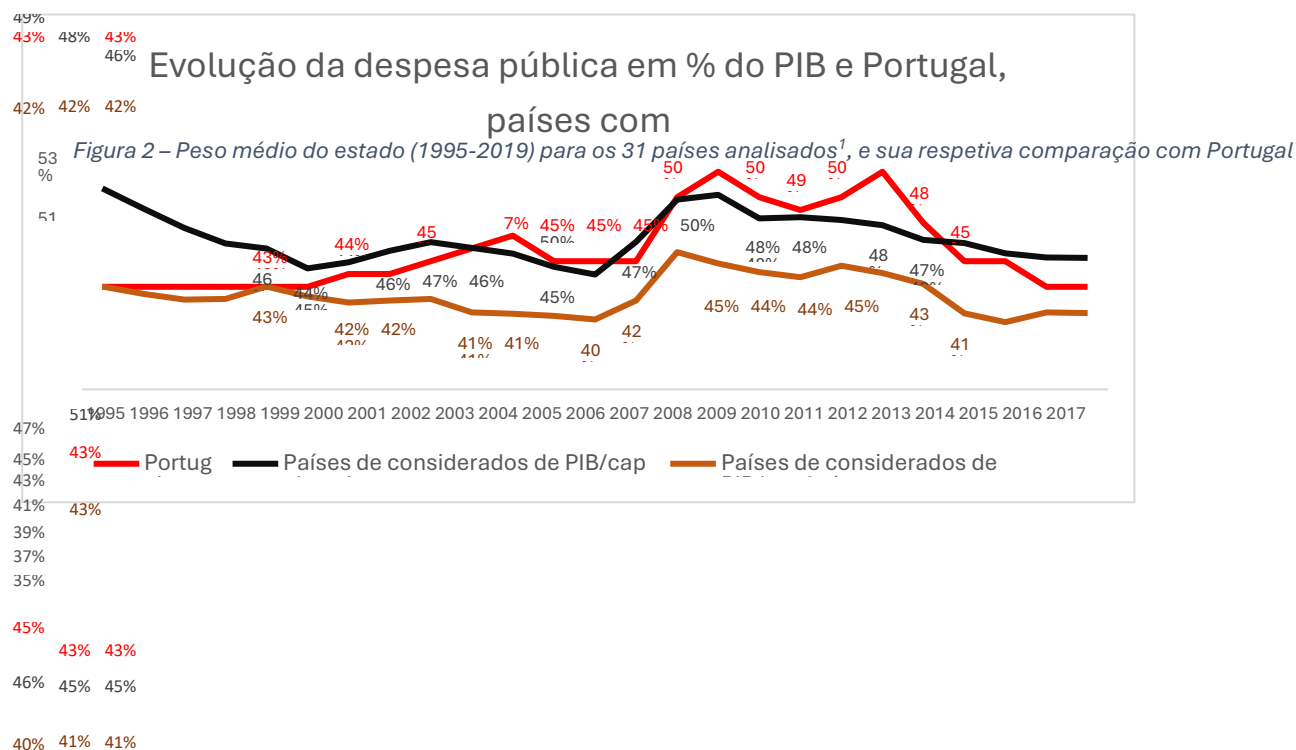
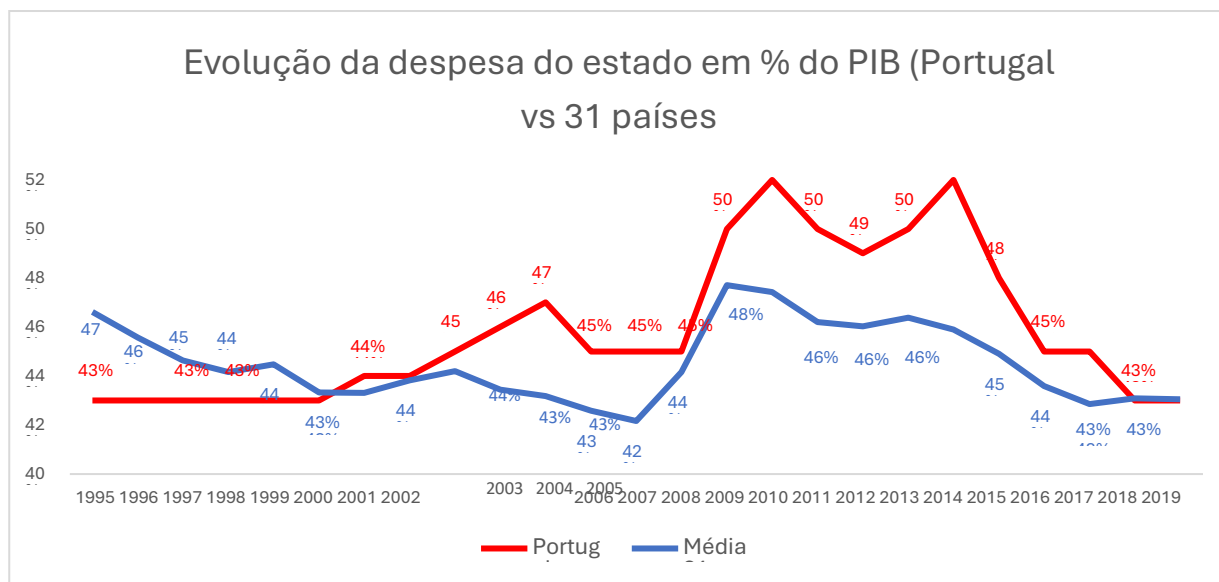


Figura 3 – Peso médio do estado (1995-2019) para Portugal, com respetiva comparação para países considerados com PIB/cap alto<sup>2</sup> e baixo<sup>3</sup>

Como se pode verificar na Figura 2, há uma tendência de redução da despesa pública em relação ao PIB

para a média dos 31 países em questão, ocorrendo a mesma tendência quando segregamos os países em rendimento *per capita* mais alto ou mais baixo (Figura 3). Pelo contrário, Portugal mostra uma tendência crescente em grande parte do período, acabando, no entanto, em 2019 com um valor em linha com o de 2000.

---

<sup>1</sup> EU27, Reino Unido, Islândia, Noruega e Suíça

<sup>2</sup> Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, França, Itália, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Finlândia, Suécia, Islândia, Noruega, Suíça e Reino Unido

<sup>3</sup> Bulgária, Rep. Checa, Estónia, Grécia, Espanha, Croácia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia e Eslováquia

Pelos gráficos abaixo, verifica-se que o peso da despesa pública em relação ao PIB nos países que mais cresceram no período em análise (nomeadamente Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Irlanda, Polónia e Roménia) foi sempre muito aquém do caso Português

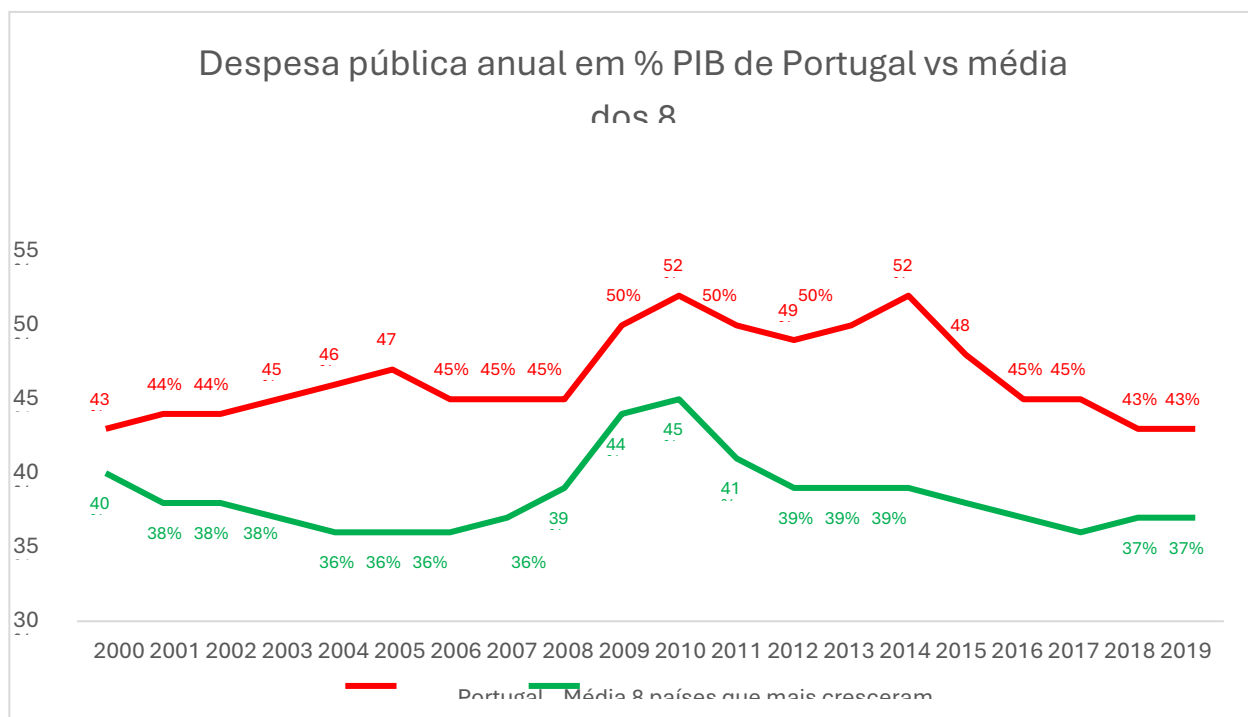


Figura 4 – Peso do estado em % para os países que mais cresceram, e respetiva comparação com Portugal (2000-2019)

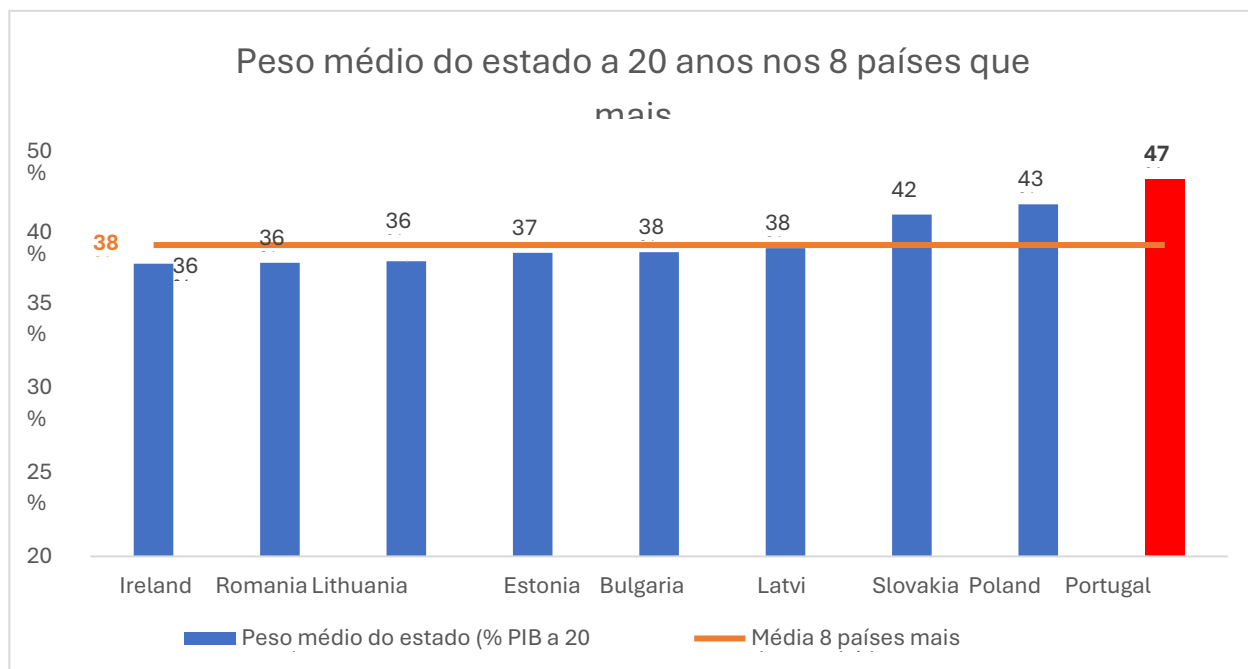


Figura 5 – Peso do estado em % para os países que mais cresceram, e respetiva comparação com Portugal (média a 20 anos)

Assim, os países que mais cresceram (os oito assinalados na Figura 5) têm todos um peso do Estado muito inferior ao caso Português (47% em termos médios para o período entre 2000 e 2019), quase todos na casa dos 36/38%, com a Polónia e a Eslováquia com 43% e 42%, respetivamente. Existe ainda um conjunto de países mais desenvolvidos que Portugal que apresentam um peso do Estado inferior em termos médios para o período em análise, nomeadamente, Irlanda, Islândia, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Reino Unido, Luxemburgo, Suíça e até a nórdica Noruega. Tal facto indicia que exista uma forte correlação entre o peso do Estado e a taxa de crescimento média do PIB, como o gráfico em baixo muito bem evidencia.

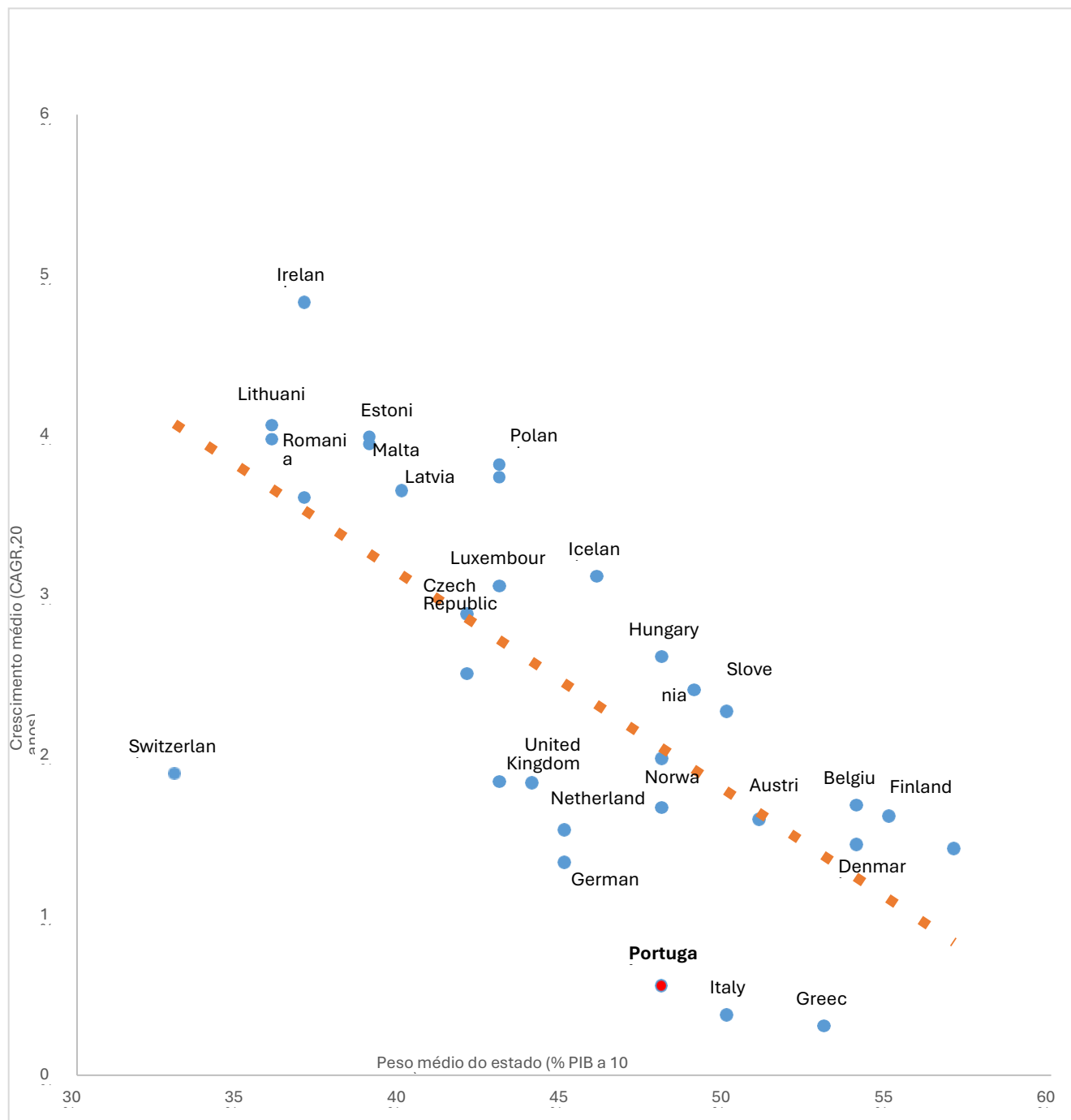


Figura 6 – Relação entre peso do estado e % do PIB para os 31 países analisados

Apresenta-se de seguida a composição média da despesa pública, para o período em questão, para os 31 países analisados e respetiva comparação com Portugal.

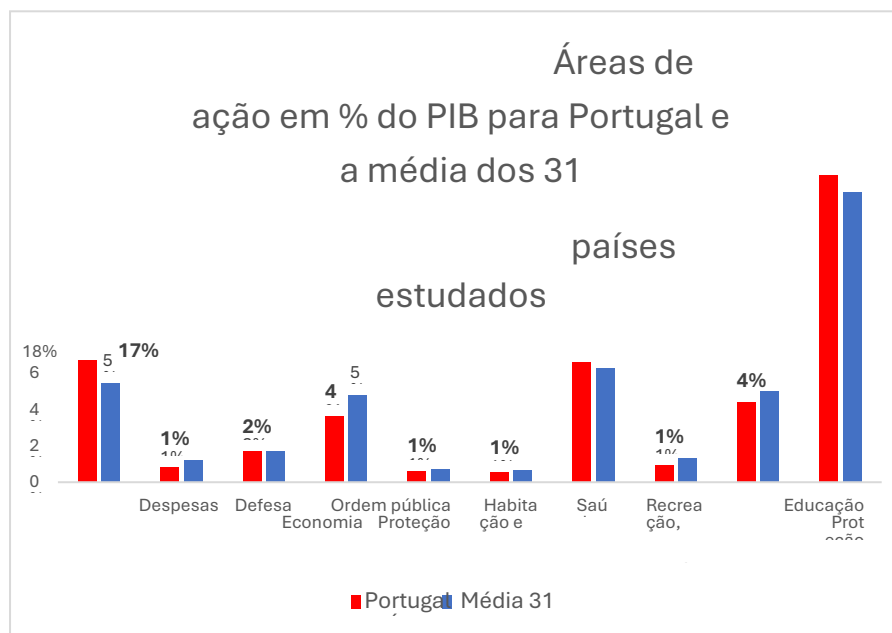


Figura 7 – Áreas de atuação dos 31 países analisados, e respetiva comparação com Portugal

Facilmente se constata que Portugal tem gastos gerais (onde se incluem os juros), de proteção social e de saúde acima da média europeia; e inferiores na economia, cultura e educação.

O gráfico seguinte compara a realidade portuguesa com os oito países de maior crescimento nas principais componentes da despesa.

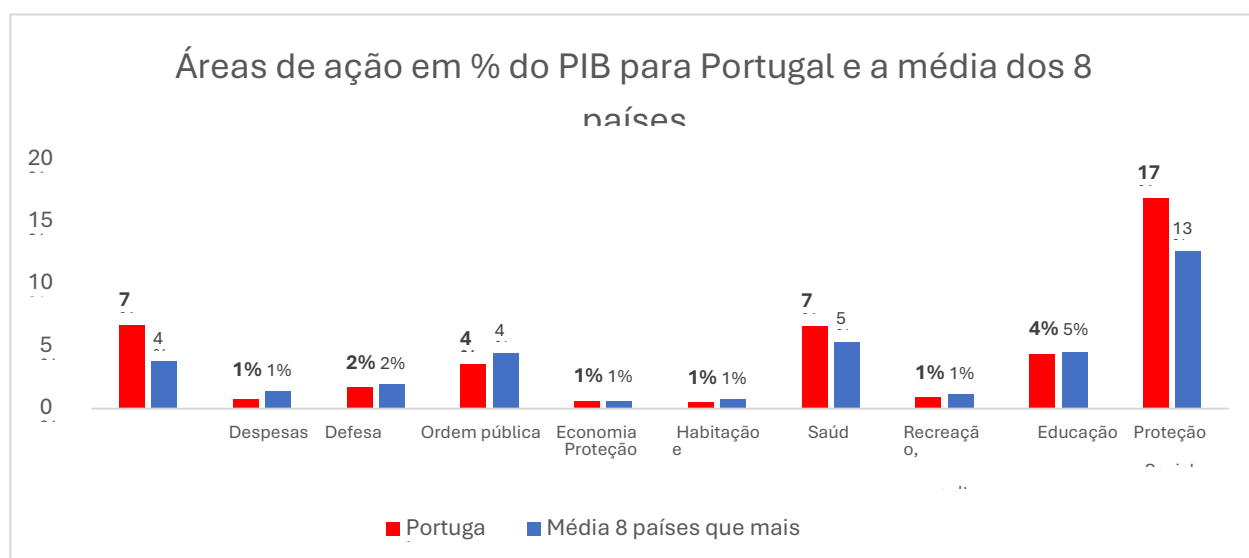


Figura 8 –Área de atuação em % do PIB das 8 economias que mais cresceram<sup>4</sup> na Europa e Portugal



---

<sup>4</sup> Irlanda, Roménia, Lituânia, Estónia, Bulgária, Letónia, Eslováquia e Polónia

Aqui torna-se evidente que Portugal tem valores de despesa bem superiores nas despesas gerais, saúde e proteção social, encontrando-se em linha nas restantes rubricas e mesmo abaixo na educação.

Em conclusão, é evidente que Portugal tem um peso do Estado contrastante com o seu nível de desenvolvimento. Todos os países que mais crescem possuem rácios relativos ao peso do Estado muito inferiores. Ora isto significa que temos no peso do Estado e na sua evolução uma das principais causas da relativa estagnação de Portugal desde 2000. Temos Estado a mais e essa é uma das causas do nosso crescimento medíocre. Bem sabemos que uma correlação não é necessariamente uma relação de casualidade, mas neste caso parece evidente que temos as duas coisas.

Um peso excessivo do Estado Português tem os seguintes efeitos:

1. Frequentes défices que conduziram a um disparar do endividamento público e da rubrica dos juros, que por inerência é uma despesa pública que não contribui de modo algum (pelo contrário) para o crescimento económico;
2. Canalização da poupança para o setor estatal, com efeito ao nível do investimento total (Portugal também compara muito mal no rácio investimento/PIB em relação aos países que mais estão a crescer);
3. Canalização de recursos para um setor que é intensivo em mão de obra e como tal menos propício a crescimentos de produtividade (setor público);
4. Em consequência da despesa pública elevada, estrangulamento fiscal do setor privado da economia;
5. Em consequência do endividamento do sector estado, o crowding-out de muitos privados no acesso ao sector financeiro.

Levanta-se então a questão de qual deve ser o peso ótimo do Estado Português. É possível determinar uma dimensão ótima com base na ciência económica?

Vários estudos apontam que a generalidade dos países da Europa tem um Estado com uma dimensão excessiva que condiciona negativamente o seu crescimento, sendo essa uma das principais razões para o crescimento económico mais ténue em comparação com o que se assiste em outras zonas do globo.

Existe também um estudo de 2019 de dois economistas (Antonio Afonso, ISEG e Ludger Schuknecht, OCDE) que sugerem que o peso ideal do Estado deveria estar nos 35%, ou no máximo de 40%, de modo a não comprometerem o crescimento económico e assegurarem com excelência as funções principais atribuídas aos estados modernos. E dão como exemplos a Austrália, a Suíça e a Irlanda como países que, com a contribuição dos seus Estados, têm economias saudáveis e sociedades inclusivas.

Em resumo, defendemos que o IL deve defender uma reforma do Estado que conduza a que o mesmo se aproxime o mais rapidamente dos 35%, percentagem esta que está alinhada com a existente nos países que mais estão a crescer na Europa.

Uma visão mais liberal pode nos conduzir a um objetivo ainda mais ambicioso, se atendermos, por exemplo, ao peso atual do Estado (2019) num país como a Irlanda, 24,5%. Contudo, o que queremos essencialmente demonstrar com esta análise é que uma forte redução do Estado tem suporte na ciência económica independentemente de uma visão mais ou menos liberal da economia. Ou seja, a realidade e

a ciência económica suportam inequivocamente as nossas propostas liberais de redução do peso do Estado.

Como exercício teórico de como atingir esses 35%, apresentamos a possível repartição ótima da despesa pública Portuguesa.

*Tabela 1 - Possível repartição ótima da despesa da república portuguesa*

Despesas em % PIB	Portugal		Países analisados (#31) – 2019			Objectivo Reforma Estado	
	Média 2000-19	2019	Mínimo	Máximo	Target (%PIB)	Benchmark	Racional
<b>Segurança Social</b>	16,3	16,9	8,9 Irlanda	21,4 Dinamarca	14,8	UK	Valor intermédio.
<b>Saúde</b>	6,8	6,6	2,1 Suíça	8,7 Dinamarca	6,6	Portugal	Portugal em linha com a média Europeia. As propostas da IL vão no sentido de um muito melhor serviço
<b>Educação</b>	5,8	4,4	3,1 Irlanda	7,1 Islândia	4,4	Portugal	Portugal em linha com a média Europeia. As propostas da IL vão no sentido de um muito melhor serviço
<b>Assuntos Económicos</b>	4,8	3,6	2,3 Irlanda	8,2 Croácia	2,3	Irlanda	Engloba uma panóplia de despesas na agricultura, transportes, energia, etc. Acreditamos que Irlanda é o referencial mais correto para uma economia liberal;
<b>Segurança interna</b>	1,9	1,7	0,9 Irlanda	2,8 Bulgária	1,6	Alemanha	Valores muito diferentes nos países em análise. Alemanha tem valor equilibrado.
<b>Cultura</b>	1,1	0,9	0,5 Irlanda	3,0 Hungria	0,8	Itália	Possível haver poupanças relevantes dada a subsidiodependência, mas necessário preservar património histórico - similar a Itália
<b>Defesa</b>	1,2	0,8	0,1 Islândia	2,0 UK	0,8	Portugal	Acreditamos na existência de possíveis poupanças, mas também necessidade de investimentos.
<b>Ambiente</b>	0,6	0,6	0,2 Finlândia	1,4 Países Baixos	0,6	Portugal	Acreditamos numa maior eficiência; mas também em maiores investimentos
<b>Habitação</b>	0,6	0,5	0,2 Suíça	2,0 Croácia	0,2	Suíça	A IL tem uma visão muito mais liberal do que as existentes; Suíça pode ser exemplo neste particular
<b>Despesas gerais</b>	7,5	6,7	2,7 Irlanda	8,2 Hungria	4,3	UK	Quase metade são juros de dívida pública. Apesar desta restrição, parece-nos possível reduzir a rubrica para um valor intermédio;
	46,6	42,7	21,0	64,8	36,4		

## 4. Proposta final de trabalho (Sugestão)

- Objetivo: O IL apresentar na AR uma proposta de Reforma do Estado até final de 2022.
- Entregáveis:
  - Objetivo de redução da despesa do Estado a quatro anos;
  - Proposta de medidas concretas e poupanças associadas;
  - Proposta sistematizada de implementação;
  - Identificação de implicações, riscos e oportunidades na implementação da proposta;
  - Identificação do impacto esperado da proposta no potencial de crescimento económico de Portugal
- Equipa: Proposta de criação de um Grupo de Trabalho entre 8 a 10 pessoas, para o qual os elaboradores da moção e cinco primeiros subscritores se voluntariam;
- Governança:
  - Definir um **Comité de Acompanhamento** ao nível da nova CE e Grupo Parlamentar, e nomear os seus **interlocutores** com o Grupo de Trabalho para acompanhar os trabalhos;
  - **Reuniões mensais** de progresso entre a coordenação do Grupo de Trabalho e os interlocutores CE/Grupo Parlamentar;
  - Apresentação e discussão de **Relatórios Preliminares Trimestrais**, e mensais no último trimestre, ao Comité de Acompanhamento;
  - Possibilidade de apoio pontual ao Grupo Parlamentar se solicitado e no âmbito do projeto.
- Metodologia:
  - Definição clara de objetivos e de quais as funções devem ser assumidas pelo Estado de forma direta ou indireta;
  - Abordagem focada nas unidades do Estado numa lógica matricial: por temas, mas também por unidades do estado;
  - Utilização de conhecimento já montado no IL em iniciativas anteriores (programas, documentos, etc);
  - Utilização de *benchmarks* internacionais para definição de objetivos por unidade do estado e temas (*top-down*);
  - Análises por rubricas relevantes de forma transversal às diversas áreas (ex: motoristas);
  - Análise do setor empresarial do Estado;
  - Análise da Lei das Finanças locais;
  - Colaboração com *Think Tanks* nacionais ou internacionais de cariz liberal.

- Fontes de informação:
  - Orçamentos de Estado;
  - Contas do Estado;
  - Relatórios do Tribunal das Contas;
  - Leis orgânicas de ministérios, direções, institutos, observatórios, etc; idem sites;
  - *Benchmarks* internacionais;
  - Relatórios Troika;
  - Relatórios UTAO;
  - Relatórios e contas das empresas públicas;
  - Outros relatórios que se mostrem relevantes;
  - Entrevistas a *experts* (ex. antigos integrantes de Governo).

Assinado por: **João Carlos Batista Vaz Ferreira da Graça**  
Num. de Identificação: 07832339  
Data: 2025.01.12 19:31:19+00'00'



Número subscritor	Número de membro	Nome
1	209	João Graça
2	236	Marcos Ramalho
3	1671	Pedro Albuquerque
4	7	Pedro Antunes
5	8	Sérgio Loureiro
6	121	Filipe Oliveira
7	170	Susana Neto
8	173	Sara Jardim
9	230	Pedro Simões
10	548	Pedro Lancastre
11	613	António Pedro Mata
12	674	André Soares
13	677	Gonçalo Santos
14	685	Vasco Figueira
15	754	José Pedro Barros
16	753	João Pedro Graça
17	757	Tomás Pereira
18	922	Luís Madera
19	1210	Pedro Arteiro
20	1295	Helena Figueiroa
21	1347	José Rosa
22	1383	Luís Lucas
23	1530	Cristina Nunes
24	1878	Margarida Caldeira
25	2040	Armando Pereira
26	2523	Miguel Vargas
27	2623	Catarina Amaral
28	2712	João Simões
29	2948	Flávio Kawakami
30	3233	Natacha Ribeiro
31	4022	João Robalo
32	4823	Venício Ponte
33	4068	Pedro Bugarin
34	6098	Ana Goulão
35	6342	José Cerdeira
36	6574	Bernardo Teixeira
37	6932	Maria João Vasconcelos
38	7068	Rui Antão
39	7491	Diogo Silva